PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Em atenção ao disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a administração da SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A. ("Administração") vem apresentar as seguintes informações e recomendações relativas às matérias incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2024 ("AGO" e "Proposta da Administração" ou simplesmente "Proposta", respectivamente):

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em [25] de março de 2024, a Administração submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

A Administração propõe a aprovação, sem ressalvas, das contas dos administradores e do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Os documentos acima referidos e a ata da reunião do Conselho de Administração que sobre eles deliberou estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu *website* (www.aliperti.com.br/relacoes-com-investidores) e nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). Em cumprimento ao disposto no art. 10 da Resolução CVM 81, os comentários dos administradores da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, encontram-se no **Anexo I** à presente Proposta.

2. A proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023:

[Nos termos do art. 189, caput, da Lei das S.A., devem ser deduzidos do resultado do exercício, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

Nesse sentido, uma vez que a Companhia atualmente registra prejuízos acumulados, propõe-se que o resultado positivo apurado no exercício, no valor total de R$ R$ 16.180 seja destinado à dedução da conta de "Prejuízos Acumulados", no montante de R$ 14.826.

A administração da Companhia consigna que, aprovada a referida proposta, a conta "Prejuízos Acumulados", após a absorção de parcela dos prejuízos acumulados pelo resultado positivo apurado, passará a registrar o valor total de R$ 0

A administração da Companhia informa, ainda, que, em função do resultado apurado, as informações indicadas no Anexo A à Res. CVM 81 constam do **Anexo II** à presente Proposta.]

3. Fixar o número de membros para compor o Conselho de Administração

Propõe-se que o Conselho de Administração a ser eleito na Assembleia Geral, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social findo em

31 de dezembro de 2026, seja composto por 4 (quatro) membros efetivos, eleitos pelo sistema de voto majoritário ou voto múltiplo (se requerido).

4. Eleger os membros do Conselho de Administração, sendo necessário, nos termos da Resolução CVM nº 70/2022, o requerimento de acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que seja adotado o processo de voto múltiplo

Nos termos da legislação aplicável, os acionistas podem indicar um ou mais candidatos para compor o conselho de administração.

Em conformidade com a da Resolução CVM nº 81, esta Proposta apresenta considerações sobre os candidatos indicados pelo acionista controlador.

4.1. Candidatos indicados pelo acionista controlador para a composição do Conselho de Administração

O acionista controlador da Companhia indicou os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que examinar, discutir e votar a respeito das contas dos administradores e das demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026:

Candidato	Cargo
Celio de Melo Almada Neto	Membro do Conselho de Administração
Guilherme Silvarolli Aliperti	Membro do Conselho de Administração
André Aliperti	Membro do Conselho de Administração
Ana Rafaella Aliperti de Moraes	Membro do Conselho de Administração

Em cumprimento à Resolução CVM nº 81, o **Anexo III** contém as informações previstas nos itens 7.3. a 7.6. do formulário de referência com relação aos candidatos.

5. Aprovar, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social, a indicação do Presidente do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 11 do Estatuto da Companhia, o Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, que será escolhido pela Assembleia Geral.

O acionista controlador da Companhia indicou o Sr. Celio de Melo Almada Neto para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

6. Fixar o montante global da remuneração anual dos administradores:

A Administração propõe a aprovação do montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia referente ao exercício social de 2024 no valor de até R$ 1.200.000,00 nos termos do **Anexo IV**.

Em cumprimento ao artigo 13, inciso II, da Resolução CVM 81, encontram-se disponíveis, no **Anexo V** à presente Proposta, informações pormenorizadas a respeito da remuneração dos administradores, na forma do item 8 do Formulário de Referência.

A Administração

SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S. A.
CNPJ nº 61.156.931/0001-78
NIRE 35.300.034.309

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES DA COMPANHIA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 10, INCISO III DA RESOLUÇÃO CVM 81 (ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

2 - Comentários dos Diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seus negócios e cumprir suas obrigações a curto e médio prazo.

b. estrutura de capital

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que a Companhia tem recursos de capital suficientes para cobrir investimentos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria entende que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo necessidade a Companhia pode acessar o mercado financeiro brasileiro para atender suas eventuais necessidades de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
Financiamento BNDES
O saldo encontra-se sub-judice. A companhia através de Laudo Pericial, está atualizando seu valor por entender ser mais conservador, não colocando em risco os futuros interesses de seus acionistas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras que sejam relevantes.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável aos contratos firmados pela companhia.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Há alteração significativa em outras despesas operacionais na demonstração do resultado com redução de R$ 108.359 2022 para R$18.944, cuja origem foram as despesas extraordinários como provisões de processos civis e despesas de transações ocorridas unicamente naquele exercício social.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia entende que este item não é aplicável e, portanto, não tem componentes importantes da receita para comentar.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia entende que não há fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não aplicável.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Siderúrgica J. L. Aliperti S.A, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

A Companhia observou as normas, revisões e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Ênfases

Outros Créditos no Ativo Não Circulante
Conforme mencionando na nota explicativa nº 12, a Companhia possui bloqueios judiciais em conta corrente no montante de R$ 1.225 mil, decorrentes de processos de execução movidos pela Fazenda Nacional em exercícios anteriores, sendo que o valor de um dos processos, atualizado até 2010, totaliza o montante de R$ 9.441 mil. No exercício de 2019, houve a indicação, por parte da Companhia, de 2 (dois) imóveis de sua propriedade para a ampliação das garantias. A administração da Companhia, amparada pelos assessores jurídicos considera que a possibilidade de perda destes processos é remota.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia possui os seguintes créditos consignados no grupo do Ativo Não Circulante: (i) Valores a Receber junto ao Banco Santander (antigo Banco Sudameris), no montante de 6.000 mil, que se encontra em fase de homologação de laudo pericial para apuração do montante atualizado, haja visto que há sentença judicial transitado em julgado favorável; (ii) Créditos Fiscais, no montante de 9.175 mil, cuja realização dos mesmos depende de homologação dos pedidos de restituições, via judicial, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; (iii) Antecipação Fiscais, no montante de R$ 1.283 mil. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e como também com relação à expectativa de recebimento e/ou utilização desses créditos. ***Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.***

Demais obrigações junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, o saldo de R$ 54.367 mil, relativo à obrigação registrada na rubrica de Financiamento no Passivo Não Circulante, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social continua "sub judice", em razão da discordância de valores entre as partes. Os Assessores Jurídicos da Companhia informam que foi determinada nova perícia judicial e declaram que o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à liquidação desta obrigação, e que a possibilidade de liquidar esta obrigação em montantes superiores ao registro contábil é remota, considerando ainda que a Instituição Financeira tem como garantia propriedade rurais da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos

assuntos descritos na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A.", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 6 (n) – Provisões e 19 Provisão para Contingência

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível originados no curso normal de seus negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido a esse fato, e à complexidade e às incertezas relacionadas aos aspectos legais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Obtivemos a lista de consultores legais internos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos, e nas posições fiscais tomadas pela Companhia, e analisamos a documentação e as respostas às cartas de confirmação. Para os valores mais significativos e/ou críticos, avaliamos a documentação que suporta as opiniões legais emitidas e os aspectos legais da legislação brasileira, para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia sobre a classificação das perdas e a mensuração dos valores. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis descritas na nota explicativa nº 19.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e passivos e ativos contingentes registrados e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Mensuração do valor justo do Ativo Biológico

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 6 (g) e 10 – Ativo Biológico

A Companhia mensura o valor justo do seu ativo biológico, proveniente das lavouras de cana-de-açúcar por meio de um modelo de fluxo de caixa, que leva em consideração diversas premissas e julgamento da Administração, tais como preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto e o volume de produção.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao fato que variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, o que pode impactar, de forma relevante, os valores desses ativos e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de mensuração e contabilização do ativo biológico, considerando as informações os controles instituídos pela Administração, (ii) avaliação de razoabilidade das significativas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.

Adicionalmente, avaliamos os critérios utilizados pela Companhia para a constituição dos tributos diferidos. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis descritas na nota explicativa nº 10.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Não aplicável.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há itens relevantes após o encerramento do balanço.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Do lucro líquido do exercício calcula-se 5% (cinco por cento) para reserva legal.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Do lucro líquido do exercício calcula-se 5% (cinco por cento) de reserva legal e do saldo, 25% (vinte e cinco por cento) para dividendos obrigatórios.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Anualmente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, observadas as exigências legais.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

iii. contratos de construção não terminada

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes já foram demonstrados.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não existem investimentos, desinvestimentos, aquisição de plantas e novos produtos e serviços que venham a ser relevantes.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia.

SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A.
CNPJ nº 61.156.931/0001-78
NIRE 35.300.034.309

ANEXO II

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NO ANEXO A, DA RESOLUÇÃO CVM 81

1. Informar o lucro líquido do exercício

Controladora R$ 16.180 Mil
Consolidado R$ 16.178 Mil

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Lucro por ação
Controladora R$ 888,29
Consolidado R$ 888,29

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído
5,26%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

R$ 852.275 Mil – ON 43,90 e PN R$ 48,30

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

ON 43,90 e PN R$ 48,30

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Será pago aos acionistas no mês subsequente à assembleia ordinária que possui agendamento para 30 de abril de 2024

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não haverá incidência de juros.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Será registrado em AGO na data de 30 de abril de 2024.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

2023 – R$ 16.180 Mil
2022 – R$ (25.505) Mil
2021 – R$ (12.803) Mil

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

2023 R$ 852 mil, exercício anteriores a companhia apresentou prejuízo

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R$ 809 Mil

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Reserva legal 5% do valor do lucro liquido

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Os dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro do exercício é suficiente e companhia possui recursos em caixa para liquidação dos dividendos na data do encerramento do balanço.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

A empresa apresentou prejuízo nos exercícios de 2021 e 2022.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

.ON 43,90 e PN R$ 48,30

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe
PN R$ 48,30

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Será pago após aprovação em AGO data de 30 de abril de 2024.
c. Informar o montante eventualmente retido

. Não há dividendos retidos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

A empresa possui liquidez para honrar os dividendos provisionados no exercício de 2023.

c. Justificar a retenção dos dividendos
Não houve retenção.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não houve provisão para reserva de contingência

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não houve provisão para reserva de contingência

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não houve provisão para reserva de contingência

d. Justificar a constituição da reserva

Não houve provisão para reserva de contingência

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

R$ 14.826 Mil

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Lucro do exercício de 2023

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não há

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não há

c. Descrever como o montante foi calculado

Não há

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não há

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não há

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há

b. Explicar a natureza da destinação

Não há

SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A.
CNPJ nº 61.156.931/0001-78
NIRE 35.300.034.309

ANEXO III

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

INFORMAÇÕES INDICADAS NOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, RELATIVAMENTE AOS CANDIDATOS INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 11, INCISO I, DA RESOLUÇÃO CVM 81

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:	Vide letra (a)
a. características do processo de produção	Vide letra (a)
b. características do processo de distribuição	Vide letra (a)
c. características dos mercados de atuação, em especial:	Vide letra (a)
i. participação em cada um dos mercados	Vide letra (a)
ii. condições de competição nos mercados	Vide letra (a)
d. eventual sazonalidade	Vide letra (a)
e. principais insumos e matérias primas, informando:	Vide letra (a)
i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável	Vide letra (a)
ii. eventual dependência de poucos fornecedores	Vide letra (a)
iii. eventual volatilidade em seus preços	Vide letra (a)
7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando10:	Vide letra (a)
a. montante total de receitas provenientes do cliente	Vide letra (a)
b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente	Vide letra (a)
7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:	Vide letra (a)
a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de	Vide letra (a)

relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações	
b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental	Vide letra (a)
c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades	Vide letra (a)
7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar11:	Vide letra (a)
a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor	Vide letra (a)
b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor	Vide letra (a)
c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor	Vide letra (a)

(a) Atividade industrial paralisada, a receita advém de locação de bens e a receita provém de equivalência das controladas.

SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A.
CNPJ nº 61.156.931/0001-78
NIRE 35.300.034.309

ANEXO IV

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 13, INCISO I, DA RESOLUÇÃO CVM 81

Nos termos do artigo 13, inciso I, da Resolução CVM 81, apresentamos a proposta de fixação do montante global para remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

Desta forma, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024, propomos como remuneração global dos administradores o montante de até R$ 1.200.000,00 ([Um milhão e duzentos mil reais) ("Remuneração Global dos Administradores").

A Remuneração Global dos Administradores inclui, por exemplo, os valores referentes a salário/pró-labore, benefícios, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação das remunerações individuais e a determinação da proporção de cada componente na remuneração dos administradores.

Por sua vez, em conformidade com a decisão do Colegiado da CVM no âmbito do Processo CVM nº 19957.007457/2018-10, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pela Remuneração Global dos Administradores.

A Administração esclarece que a Remuneração Global dos Administradores ora proposta considera a experiência e reputação dos administradores, as responsabilidades assumidas e as complexidades inerentes aos cargos. Foi considerada, adicionalmente, a necessidade de garantir a competitividade frente ao mercado de atuação da Companhia, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração e a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo.

SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A.
CNPJ nº 61.156.931/0001-78
NIRE 35.300.034.309

ANEXO V

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 13, INCISO II DA RESOLUÇÃO CVM 81 (ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A remuneração dos membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do comitê de auditoria é baseada nas práticas de mercado, não havendo qualquer benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração da Companhia visa remunerar os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do comitê de auditoria pelos serviços prestados à Companhia, sendo aprovada pela Assembleia Geral anualmente.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores pela assembleia geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para definição da remuneração dos administradores e membros do Conselho de Administração da Companhia, são consideradas as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia, bem como a necessidade de alinhamento de interesses entre administradores e companhia e a atratividade e o potencial de retenção para seus administradores.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; e (ii) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo certo que os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal. O montante é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Comitê de Auditoria

A remuneração do Comitê de Auditoria é integralmente composta por uma parcela fixa desde a sua instalação, levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

Os diretores da Companhia podem fazer jus a remuneração fixa levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Conselho de Administração

Em relação ao Conselho de Administração, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 2,62% (dois inteiros e sessenta e dois centésimos por cento) da remuneração total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) da remuneração total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 5,24]% (cinco interios e vinte e quatro décimos por cento) da remuneração total.

Comitê de Auditoria

Em relação ao Comitê de Auditoria, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 0% (zero por cento) da remuneração total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 0% (zero por cento) da remuneração total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 0% ([•] por cento) da remuneração total.

Diretoria Estatutária

Em relação à Diretoria, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 0,87% (oitenta e sete centésimos por cento) da remuneração total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a parcela fixa da remuneração correspondeu a 0,86% (oitenta e seis centésimos por cento) da remuneração total.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a parcela fixa da remuneração correspondeu a [•]% ([•] por cento) da remuneração total.

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A remuneração dos administradores da Companhia é definida levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) a garantir à competitividade frente ao mercado-alvo, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iii) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. remuneração segregada em:
i. remuneração fixa anual, segregada em:
- salário ou pró-labore
- benefícios diretos e indiretos
- remuneração por participação em comitês
- outros
ii. remuneração variável, segregada em:
- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- outros
iii. benefícios pós-emprego
iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
v. remuneração baseada em ações, incluindo opções
e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o exercício social corrente

2024	***Conselho de Administração***	***Diretoria Estatutária***	***Conselho Fiscal***	***Total***
Nº Membros	*4*	*2*	*-*	*6*
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	*624.000,00*	*576.000,00-*	*-*	*1.200.000,00*
Benefícios direto ou indireto	*-*	*-*	*-*	*-*
Part. em comitês	*-*	*-*	*-*	*-*
Outros	*-*	*-*	*-*	*-*
Descrição de outras remunerações fixas	*-*	*-*	*-*	*-*
Remuneração Variável				
Bônus	*-*	*-*	*-*	*-*
Participação dos resultados	*-*	*-*	*-*	*-*
Participação em reuniões	*-*	*-*	*-*	*-*

Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	*624.000,00*	*576.000,00-*	-	*1.200.000,00*

2023	***Conselho de Administração***	***Diretoria Estatutária***	***Conselho Fiscal***	***Total***
Nº Membros	*4*	*2*	-	*6*
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	*624.000,00*	*576.000,00-*	-	*1.200.000,00*
Benefícios direto ou indireto	-	-	-	-
Part. em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação dos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	*624.000,00*	*576.000,00*	-	*1.200.000,00*

2022	***Conselho de Administração***	***Diretoria Estatutária***	***Conselho Fiscal***	***Total***
Nº Membros	*4*	*2*	-	*6*
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	*480.000,00*	*216.000,00*	-	*696.000,00*
Benefícios direto ou indireto	-	-	-	-
Part. em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração Variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação dos resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	*480.000,00*	*216.000,00*	-	*696.000,00*

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação ao bônus:
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
e. em relação à participação no resultado:
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais
b. data de aprovação e órgão responsável
c. número máximo de ações abrangidas
d. número máximo de opções a serem outorgadas
e. condições de aquisição de ações
f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
h. forma de liquidação
i. restrições à transferência das ações
j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício variável.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo84:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
i. em aberto no início do exercício social
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
iii. exercidas durante o exercício social
e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício variável.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. data de outorga
e. quantidade de opções outorgadas
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
g. prazo máximo para exercício das opções
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
i. valor justo das opções na data da outorga
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não aplicável, tendo em vista que não existe outorga de opções de compra de ações.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. em relação às opções ainda não exercíveis
i. quantidade
ii. data em que se tornarão exercíveis
iii. prazo máximo para exercício das opções
iv. prazo de restrição à transferência das ações
v. preço médio ponderado de exercício
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
e. em relação às opções exercíveis
i. quantidade
ii. prazo máximo para exercício das opções
iii. prazo de restrição à transferência das ações
iv. preço médio ponderado de exercício
v. valor justo das opções no último dia do exercício social

f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável, tendo em vista que não existe outorga de opções de compra de ações.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. número de ações
e. preço médio ponderado de exercício
f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável, tendo em vista que não existe outorga de opções de compra de ações.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo86:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração baseada em ações.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. data de outorga
e. quantidade de ações outorgadas
f. prazo máximo para entrega das ações
g. prazo de restrição à transferência das ações
h. valor justo das ações na data da outorga
i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável, tendo em vista que não existe outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão
b. número total de membros

c. número de membros remunerados
d. número de ações
e. preço médio ponderado de aquisição
f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
g. multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração baseada em ações.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação
b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
d. forma de determinação da volatilidade esperada
e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração baseada em ações.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia, detida por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária na data de encerramento do exercício social de 2023:

	Ações da Companhia	
Órgão	**Quantidade**	**%**
Conselho de Administração[1]	40	0,002%
Diretoria[2]	0	0

[1] Inclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.
[2] Exclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. nome do plano
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
f. condições para se aposentar antecipadamente
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

a. órgão
b. número total de membros
c. número de membros remunerados
d. valor da maior remuneração individual
e. valor da menor remuneração individual
f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

2024	***Conselho de Administração***	***Diretoria Estatutária***	***Conselho Fiscal***	***Total***
Nº Membros	*4*	*2*	*-*	*6*
número de membros remunerados	*13.000,00*	*24.000,00*	*0,00*	*16.666,67*
valor da maior remuneração individual	*10.000,00*	*0*	*0,00*	*10.000,00*
valor da menor remuneração individual	*11.500,00*	*12.000,00*	*0,00*	*11.666,67*
valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	*13.000,00*	*24.000,00*	*0,00*	*16.666,67*

2023	***Conselho de Administração***	***Diretoria Estatutária***	***Conselho Fiscal***	***Total***
Nº Membros	*4*	*2*	*-*	*6*
número de membros remunerados	*4*	*2*	*0*	*4*
valor da maior remuneração individual	*13.000,00*	*24.000,00*	*0,00*	*16.666,67*
valor da menor remuneração individual	*10.000,00*	*0*	*0,00*	*10.000,00*
valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	*11.500,00*	*12.000,00*	*0,00*	*11.666,67*

2022	***Conselho de Administração***	***Diretoria Estatutária***	***Conselho Fiscal***	***Total***
Nº Membros	*4*	*2*	*-*	*6*

número de membros remunerados	*4*		*0*	
valor da maior remuneração individual	*10.000,00*	*9.000,00*	*0,00*	*9.666,67*
valor da menor remuneração individual	*10.000,00*	*9.000,00*	*0,00*	*9.666,67*
valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)	*10.000,00*	*9.000,00*	*0,00*	*9.666,67*

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	Conselho de Administração	***Diretoria Estatutária***	***Conselho Fiscal***	***Total***
2024	*0%*	*0%*	*0%*	*0%*
2023	*0%*	*0%*	*0%*	*0%*
2022	*0%*	*0%*	*0%*	*0%*
2021	*0%*	*0%*	*0%*	*0%*

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

	Conselho de Administração	***Diretoria Estatutária***	***Conselho Fiscal***	***Total***
2024	*624.000,00*	*576.000,00*	*0,00*	*1.200.000,00*
2023	*624.000,00*	*576.000,00*	*0,00*	*1.200.000,00*
2022	*480.000,00*	*216.000,00*	*0,00*	*696.000,00*
2021	*278.850,00*	*314.400,00*	*0,00*	*593.250,00*

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

	Conselho de Administração	***Diretoria Estatutária***	***Conselho Fiscal***	***Total***
2024	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*
2023	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*
2021	*0,00*	*0,00*	*0,00*	*0,00*
2021	*0,00*	*56.000,00*	*0,00*	*56.000,00*

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações julgadas relevantes foram demonstradas nos tópicos acima.